

# Simonsen: Não pagar a dívida é ficção e utopia

BRASILIA — O ex-Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, disse ontem, em palestra para o Grupo dos 11 do PDS — encarregado de elaborar um programa econômico para o partido — ser uma ficção e utopia esperar que o Governo brasileiro venha a obter tratamento diferenciado dos bancos credores na renegociação da dívida externa.

Outras ficções, segundo o ex-Ministro do Planejamento, certo de que “não se resolvem situações graves com ficções”, são as propostas de moratória unilateral e de rompimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Simonsen afirmou que, se os bancos credores derem tratamento diferenciado ao Brasil, serão obrigados a dar tratamento idêntico a outros países em má situação, como a Argentina, México, Nigéria, entre vários outros.

— E ilusão imaginar que somos capazes de botar um grande negociador na mesa como os banqueiros, dizendo que quer um tratamento diferenciado — disse.

A decretação da moratória, a segunda ficção citada pelo ex-Ministro do Planejamento, em nada resolveria os problemas do País. Ao contrário, levaria o Brasil ao colapso, na sua opinião, por uma razão que considerou muito simples: o Brasil não tem caixa, não possui reservas cambiais.



Simonsen fala ao Grupo dos 11 do PDS. A seu lado, Roberto Campos

Numa situação de moratória unilateral, segundo Simonsen, o Brasil — que já está com seus créditos comerciais praticamente cortados —, teria que pagar suas importações à vista, e não há como fazê-lo.

Simonsen ilustrou esta afirmação lembrando o caso do México: o Governo mexicano decretou a moratória, mas só o fez porque possuía reservas de US\$ 12 bilhões.

— A força de quem está na mesa de negociação — observou Simonsen — depende da sua capacidade de esperar, e o País, com um problema angustiante de caixa, não pode mais esperar.

Simonsen defendeu, perante os deputados e senadores do Grupo dos 11 do PDS, a aprovação do Decreto-Lei 2045. Argumentou que a política salarial anterior não protegia os salários reais, pois não adianta conceder reajustes semestrais a salários que são corroídos por uma alta taxa de inflação. Segundo ele, a perda média dos salários reais se situa, hoje, em 20 por cento.

O ex-Ministro do Planejamento enfatizou, contudo, que o Decreto-Lei 2045 deve ser acompanhado por outras medidas urgentes de política econômica, “pois não é justo que os sacrifícios ocorram apenas sobre os trabalhadores”.

## ‘Política bêbada’

A política fiscal foi tema de outro convidado para as palestras de ontem do Grupo 11 do PDS. O economista Paulo Rabelo de Castro, diretor da revista “Conjuntura”, da Fundação Getúlio Vargas, declarou que a política fiscal posta em rática pelo Governo “é absolutamente bêbada”, pois o Governo gasta mais do que arrecada.

O Decreto-Lei 2045 foi, igualmente, analisado por Paulo Rabelo de Castro. Segundo ele, “é odioso falar no 2045 sem se falar numa progressividade maior do Imposto de Renda, não só sobre os ganhos de capital, mas também sobre os altos salários”.

Outros conferencistas da reunião de ontem do Grupo dos 11 foram o economista Artur Candau, da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); o Presidente da empresa Romi, Giordano Romi; e o economista Roberto Cavalcanti, do Ministério do Interior.